



A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA COMO UMA FORMA DE LUTA CONTRA O RACISMO ESTRUTURAL

Antônia Darlene Da Silva Pereira¹

José Davi Alves Da Silva²

Mara Rita Duarte De Oliveira Berraoui³

RESUMO

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa intitulada: A educação antirracista como uma forma de luta contra o racismo estrutural, executada entre 01\09\2024 e 01\09\2025, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e Tecnológica (Pibiti), da Unilab. A pesquisa tem como objetivo compreender as práticas docentes de professores do Ensino Fundamental nas escolas do Município de Acarapé, Ceará, com foco na Escola Padre Antônio Crisóstomo do Vale, analisando como a formação inicial e continuada contribui para práticas pedagógicas emancipatórias e antirracistas. O estudo foca na incorporação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que determinam a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar, promovendo o combate à discriminação e o respeito à diversidade étnico-racial. A pesquisa adotou o estudo de caso, uma abordagem qualitativa que investiga fenômenos em seu contexto real, conforme orientações de Yin (2016) e André (2008). A coleta de dados foi realizada por meio de questionários semiestruturados com questões abertas, capturando as percepções e experiências subjetivas dos docentes. Essa estratégia possibilitou a triangulação dos dados, combinando a profundidade qualitativa das respostas com uma análise contextualizada, garantindo a validade e a riqueza dos resultados obtidos. Os dados apontam lacunas significativas na formação continuada, com a maioria dos professores sem acesso a cursos ou capacitações sobre as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. As práticas antirracistas nas escolas restringem-se, majoritariamente, a iniciativas pontuais, como eventos no Dia da Consciência Negra, evidenciando a ausência de uma integração curricular contínua e sistemática. A falta de suporte institucional e de materiais didáticos adequados foi identificada como um entrave para a implementação efetiva dessas leis. Os professores sugerem a inclusão de disciplinas específicas sobre história e cultura afro-brasileira e indígena nos cursos de licenciatura, além de oficinas e materiais de apoio para facilitar a prática em sala de aula. A pesquisa enfatiza a necessidade de uma formação crítica e reflexiva que promova o respeito à diversidade étnico-racial, incentivando práticas emancipatórias que superem a discriminação e estimulem o protagonismo de alunos negros e pardos na luta antirracista. Conclui-se que políticas públicas e projetos pedagógicos são fundamentais para consolidar uma educação antirracista transversal, contínua e sustentável no contexto escolar.

Palavras-chave: Educação antirracista; Práticas docentes; Leis 10639/03 e 11645/08; Estudo de caso.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), ICEN - Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, Discente, antonia.darlene9928a@gmail.com¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), ICEN - Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, Discente, davialvesilva2@gmail.com²

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), ICEN - Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, Docente, mararita@unilab.edu.br³